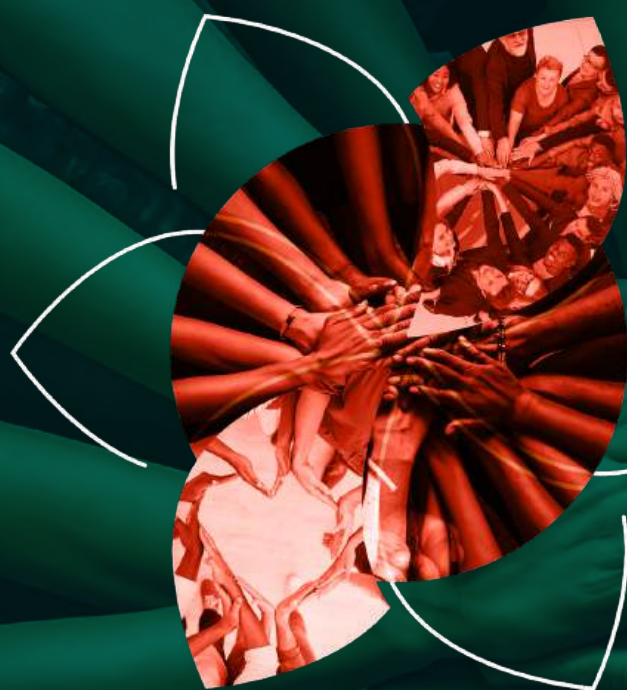


PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Formação para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas
Sociais - ATPS**



ATPS
ANALISTA TÉCNICO DE
POLÍTICAS SOCIAIS

enar

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Formação para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas
Sociais - ATPS**

1ª edição

Escola Nacional de Administração Pública -Enap

SAIS - Área 2-A | CEP: 70610-900 | Brasília - DF

Telefone: (61) 2020-3000

Esther Dweck

Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Betânia Peixoto Lemos

Presidenta da Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Educação Executiva

Carolina Pereira Tokarski

Coordenadora-Geral de Formação de Carreiras

Paula Cristina Mortari da Costa

Coordenadora-Geral de Aperfeiçoamento para Carreiras

Fabiany Glaura Alencar e Barbosa

Coordenadora de Desenvolvimento Inicial de Servidores

Iara da Paixão Corrêa Teixeira

Coordenadora do Curso de Formação Inicial para Analistas Técnicos de Políticas Sociais - ATPS

Sergio Paz Magalhães

Coordenador do Projeto

Dra. Ana Laura Becker de Aguiar

Curadora do curso

Michelle G. Moraes de Sá e Silva

Curadora do Eixo Basilar

Janaina Angelina Teixeira

Liliane Campos Machado

Curadoras Pedagógicas

Diagramação: **Ana Carla Cardoso Gualberto**

Revisão: **Ludmila Bravin**

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

P96495 Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
Projeto pedagógico do curso formação para a carreira de
desenvolvimento de políticas sociais - ATPS / Escola
Nacional de Administração Pública. – Brasília: Enap, 2025.
26 f.: il.

Inclui bibliografia.

1. Política social. 2. Inovação no setor público. 3. Políticas
públicas. 4. Capacitação profissional.

CDD 361.61

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880

Sumário

- IDENTIFICAÇÃO 7
- 1. APRESENTAÇÃO 8
 - 1.1. Contexto 8
 - 1.2. Justificativa 9
- 2. OBJETIVOS DO CURSO 10
 - 2.1. Objetivo geral..... 10
 - 2.2. Objetivos específicos..... 10
- 3. MATRIZ CURRICULAR..... 11
- 4. COMPETÊNCIAS..... 12
 - 4.1. Competências Transversais 12
 - 4.2 Competências Específicas 15
- 5. CARGA HORÁRIA..... 18
- 6. LABORATÓRIO DE CASO 19
 - 6.1 Metodologia: Problem Based Learning 19
 - 6.2 Temas e problemas propostos 19
- 7. METODOLOGIAS DE ENSINO 21
- 8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO 22
 - 8.1 Avaliação da Aprendizagem..... 22
 - 8.2 Avaliação institucional do curso..... 22
- 9. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU 23
- 10. INFRAESTRUTURA..... 23
- 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 25
 - 11.1 Referências Bibliográficas do PPC 25
 - 11.2 Referências Bibliográficas Básicas por Disciplina..... 27
- 13. ANEXO..... 35
 - Quadro 1 – Lista de Docentes do Curso de Formação para Analista Técnico de Políticas Sociais, com titulação Especialista em Políticas Sociais..... 35

IDENTIFICAÇÃO

Título

Curso de formação inicial para Analistas Técnicos de Políticas Sociais - ATPS.

Demandante

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI

Objetivo geral

A formação inicial de Analistas Técnicos de Políticas Sociais promoverá conhecimentos especializados sobre os diversos programas e políticas das áreas sociais e os sistemas únicos, orientados por valores democráticos, éticos, com visão sistêmica, princípios de direitos humanos, equidade, sustentabilidade, inclusão e foco nos resultados para o cidadão.



1. APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar as diretrizes formativas que irão nortear o desenvolvimento dos cursos de formação para **Analista Técnico de Políticas Sociais**.

O projeto pedagógico do curso – PPC irá apresentar contexto e justificativa, objetivos, matriz curricular, competências transversais e específicas, carga horária, metodologia, caracterização das disciplinas, propostas temáticas para laboratórios de caso, indicação de docentes e avaliação.

1.1. Contexto

O curso de Formação Inicial tem caráter classificatório e eliminatório do Concurso Público Nacional Unificado – CPNU, regido pelo Edital nº 05/2024, de 10 de janeiro de 2024. A formação consiste na 3ª etapa do concurso ao cargo de **Analista Técnico de Políticas Sociais** do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, sob responsabilidade da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A Coordenação-Geral de Formação Inicial no âmbito da Diretoria de Educação Executiva da Enap é a responsável pela elaboração, execução, supervisão e avaliação dos cursos de formação inicial.

As atribuições do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais de nível superior, estão descritas na Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2022, conforme a seguir:

Art. 3º São atribuições específicas do cargo de ATPS:

I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação,

cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas que não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal;

II - verificar, acompanhar e supervisionar os processos inerentes ao Sistema Único de Saúde, ao Sistema Único de Assistência Social e aos demais programas sociais do governo federal objeto de execução descentralizada;

III - identificar situações em desacordo com os padrões estabelecidos em normas e na legislação específica de atenção a saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas que não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal, e proporcionar ações orientadoras e corretivas, de forma a promover a melhoria dos processos e a redução dos custos;

IV - aferir os resultados da assistência

a saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas, considerando os planos e os objetivos definidos no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Assistência Social e nas demais políticas sociais;

V - proceder à análise e avaliação dos dados obtidos, gerando informações que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das ações e políticas sociais;

VI - apoiar e subsidiar as atividades de controle e de auditoria; e

VII - colaborar na definição de estratégias de execução das atividades de controle e avaliação, sob o aspecto da melhoria contínua e aperfeiçoamento das políticas sociais.

Os ATPS têm lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, na qualidade de Órgão Supervisor, com exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta.



A proposta do curso conecta teorias sociais e de administração pública com a prática relacionada aos processos de políticas sociais. Os conteúdos das disciplinas e o perfil de docentes foram pensados de maneira a aliar a metodologia de estudos de casos e conhecimentos aplicados de políticas públicas.

O curso de formação inicial será reconhecido como pós-graduação lato sensu, conferindo o título de Especialista em políticas sociais. Assim, o corpo docente deve aliar a experiência profissional em governo ao conhecimento formal e à produção acadêmica, priorizando pessoas com experiência, pesquisa e atuação na Administração Pública Federal, com formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado, além da prática de docência em cursos de formação profissional no âmbito do governo federal.

1.2. Justificativa

Esta é a primeira vez que o governo brasileiro promove um curso de formação e especialização dedicado a pessoas da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, marcando um passo significativo no fortalecimento das políticas sociais por meio da capacitação de candidatos e candidatas nas suas áreas de atuação e expertise. Essa iniciativa ocorre em um momento caracterizado pela expansão da diversidade e pelo aumento das oportunidades de ingresso no serviço público, com o advento do Concurso Público Nacional Unificado. Esse concurso se destacou por seu alcance amplo e multidisciplinar, sendo realizado em várias cidades do país.

Nesse cenário, o curso de formação e pós-graduação em desenvolvimento de políticas sociais surge como uma oportunidade para aprimorar os conhecimentos teóricos e práticos das pessoas que irão exercer a função de servidores no cargo de analistas técnicos de políticas sociais. O objetivo é dotá-las de competências essenciais e especializadas para enfrentar os desafios contemporâneos das políticas sociais, contribuindo, assim, para o fortalecimento da democracia brasileira, da justiça social e para a diminuição das desigualdades sociais. A literatura de política pública tem apontado para a importância da existência de um corpo burocrático profissionalizado que favorece a implementação de políticas públicas em prol do bem-estar e da justiça social. Nesse sentido, em 2019, a OCDE reconheceu que os servidores públicos têm sido um dos principais agentes de transformação responsáveis pelo alcance das conquistas das sociedades modernas relacionadas à educação, saúde, ciência, tecnologia, resposta à desastres, entre outros¹.

Este projeto pedagógico de curso reflete a natureza transdisciplinar das políticas públicas e, em particular, das políticas sociais com o foco na inclusão social e na sua efetividade – ou seja, no alcance das transformações sociais e na garantia de direitos. Este curso está em consonância com a visão estratégica da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e foi concebido por meio de um processo colaborativo, envolvendo a consulta a pessoas de referências, especialmente as que compõem a carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais e acadêmicos das áreas sociais e dos direitos humanos². Esse processo ajudou a identificar lacunas, demandas e desafios que são cruciais para a melhoria da atuação dos ATPS nas políticas sociais.

1 OCDE. 2019. *OECD Recommendation on Public Service Leadership and Capability*, disponível em: <https://www.oecd.org/gov/pem/recommendation-public-service-leadership-and-capability-2019.pdf>

2 Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de várias pessoas que contribuíram, de diversas formas, para a sua elaboração e seu aperfeiçoamento. Em especial, agradeço, Michelle Moraes de Sá e Silva; Sandra Brandão, Ariana Frances, Daniela Fortunato; Sara Mota; Douglas Valetta Luz; Teresa Barroso, Vanessa Batista Oliveira Berner; Danilo Bertazzi; Mariana Brito, Cíntia Melchiori, Rafael Xucuri-Kariri, Iara Vianna; Fernando Kleiman; Stéfane Ribeiro; Clara Marinho, Ivanilda Figueiredo, Renata Malheiros, Roberta Eugênio, Clara Solon, Luciana Jaccoud, Juliana Agatte, Luana Faria, Gabriela Lotta, Paulo Januzzi, Natália Sátyro, Rodrigo Alves Teixeira, Luana Passos, Laís Maranhão, Roberto Pires, Janine Ginani, Clarice Calixto, Laís Figueiredo, Renato de Paula, Michelle Fernandez, Lena Peres, Ana Míria Carinhonha, Luana Faria, Marina Barros, Eliane Luz, Sérgio Paz Magalhães, José Luiz Pagnussat, Maria Cristina da Silva Bogarim, Janaína Teixeira e Liliâne Machado.



2. OBJETIVOS DO CURSO

2.1. Objetivo geral

Desenvolver capacidades e competências profissionais de futuros servidores públicos federais que, ao final do processo seletivo referente aos candidatos e às candidatas aos cargos de ATPS do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, estarão habilitados para atuar no desenvolvimento e gestão de políticas sociais no âmbito do governo federal.

A formação inicial de ATPS promoverá conhecimentos especializados sobre os diversos programas e políticas das áreas sociais, os sistemas únicos, suas características, arranjos institucionais, desafios de implementação nos territórios e perspectivas futuras, boas práticas de governança, instrumentos de planejamento, orçamento e finanças para garantir direitos e promover a sua efetividade e sustentabilidade, orientados por valores democráticos, éticos, visão sistêmica, princípios de direitos humanos, equidade, sustentabilidade, inclusão e foco nos resultados para toda população.

2.2. Objetivos específicos

1. Desenvolver conhecimentos orientados à análise de problemas, de gestão e de coordenação para o desenvolvimento de soluções e produção de serviços públicos.
2. Ampliar o conhecimento sobre as diferentes iniciativas de políticas sociais desenvolvidas no âmbito do governo federal.
3. Desenvolver habilidades relacionadas ao uso de instrumentos legais em políticas sociais.
4. Reconhecer práticas relevantes para implementação de políticas e gestão no âmbito do setor de saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial, de gênero, e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa, às mulheres e aos povos indígenas; garantindo, assim, a prestação de serviços de qualidade.



3. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular específica do curso de formação é composta por três eixos organizados conforme quadro a seguir:

EIXO 1	Disciplina Específicas	Carga horária
Estado, democracia e cidadania 148h	Seminário de Abertura	
	Estado democrático	20h
	Burocracia e ethos público	20h
	Diversidade populacional e desigualdades no Brasil	20h
	Desenvolvimento socioeconômico	12h
	Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública	08h
	Governança e governabilidade	20h
	Governo digital	20h
	Comunicação pública: ética, responsabilidade, diversidade e inclusão	08h
	Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público	08h
	Palestras	12h

EIXO 2	Disciplina Específicas	Carga horária
Fundamentos das Políticas Sociais 164h	Fundamentos das políticas sociais	20h
	Gestão e coordenação de políticas sociais	40h
	Políticas sociais para Direitos Humanos	20h
	Desenho e análise de políticas sociais	20h
	Indicadores para monitoramento de políticas sociais	20h
	Palestras	04h
	Laboratório de Casos Metodologia: <i>Problem Based Learning</i>	40h

EIXO 3	Disciplina Específicas	Carga horária
Governança das Políticas Sociais 128h	Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS)	20h
	Introdução ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	20h
	Gestão democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais	20h
	Planejamento, orçamento e finanças das políticas sociais	20h
	Governança e burocracia de nível de rua	40h
	Palestras	08h

Total: 440h



4. COMPETÊNCIAS

4.1. Competências Transversais

Compreende-se por competências transversais o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício da função pública, que contribuem para a efetividade dos progressos de trabalho em diferentes contextos organizacionais”. (Enap, 2021, p. 5).

Com base em estudos realizados em parceria com a OCDE, a Enap instituiu um conjunto com oito competências transversais para um setor público de alto desempenho a serem desenvolvidos em suas formações de servidores. A saber:

- 1. Resolução de problemas com base em dados** – Capacidade de idear soluções inovadoras e efetivas para problemas de baixa, média ou elevada complexidade com a utilização de dados (numéricos e não numéricos) e evidências que aumentem a precisão e viabilidade das soluções.
- 2. Foco nos resultados para o cidadão** – Capacidade de superar o desempenho padrão e apresentar soluções alinhadas ao cumprimento de metas e ao alcance dos objetivos estratégicos das organizações públicas para garantir o atendimento das necessidades dos usuários e dos cidadãos.
- 3. Mentalidade digital** – Capacidade de integrar as tecnologias digitais com: os modelos de gestão; os processos de tomada de decisão e

geração de produtos e serviços; e os meios de comunicação interna, externa e de relacionamento com usuários.

- 4. Comunicação** – Capacidade de escutar, indagar e expressar conceitos e ideias nos momentos apropriados e de forma efetiva, garantindo uma dinâmica produtiva das interações internas e externas.
- 5. Trabalho em equipe** – Capacidade de colaborar e cooperar em atividades desenvolvidas coletivamente para atingir metas compartilhadas, e de compreender a repercussão de suas ações para o êxito ou alcance dos objetivos estabelecidos pelo grupo.
- 6. Orientação por valores éticos** – Capacidade de agir de acordo com princípios e valores morais que norteiam o exercício da função pública, tais como responsabilidade, integridade, retidão, transparência e equidade na gestão da *res publica*.
- 7. Visão sistêmica** – Capacidade de identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional. Marcos esses que podem impactar os processos decisórios e a gestão de programas e projetos no âmbito do setor público.
- 8. Diversidade e inclusão** – Capacidade de reconhecer

e valorizar a diversidade de características, identidades, vivências e perspectivas de pessoas e grupos, criando ambientes de trabalho nos quais todos sejam acolhidos em suas singularidades e contribuindo para a geração de serviços públicos inclusivos.

Para desenvolver as competências transversais para um setor público de alto desempenho e desenvolver o ethos público democrático desejável para um Estado fortalecido, o **Eixo 1 - Estado, Democracia e Cidadania**, basilar para a formação inicial, será composto por sete disciplinas: Estado Democrático; Burocracia e Ethos Público; Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil; Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável; Governança e Governabilidade; Governo Digital; Comunicação Pública: ética, responsabilidade, diversidade e inclusão; além de compor uma oficina sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação no Setor Público e palestras de temas estratégicos.

Esse Eixo é proposto como currículo transversal a todas as carreiras de formação inicial realizadas pela Enap. As disciplinas desenvolvem competências essenciais a servidores e servidoras da Administração Pública Federal. Trata-se de competências basilares para uma atuação comprometida e consciente por futuros agentes do Estado que servirão à cidadania brasileira.



EIXO 1 - Estado, democracia e cidadania

Competência Geral: Assistir à tomada de decisão e à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, garantindo os princípios democráticos e de direitos humanos, a sustentabilidade, a diversidade, a equidade e a inclusão.

Disciplina: Estado democrático (20h)

Competência: exercer a função pública observando os fundamentos do Estado Democrático de Direito e buscando garantir o estado de bem-estar social.

Ementa: democracia na contemporaneidade; formação do Estado brasileiro; redemocratização e o Estado garantidor de direitos; crises da democracia e da cidadania social; relações entre Estado e sociedade sob a perspectiva da ampliação do bem-estar social.

Docente(s) referência(s): Professora Luciana Ferreira Tatagiba, Doutora em Ciências Sociais e Professora Luciana da Conceição Farias Santana, Doutora em Ciência Política

Disciplina: Burocracia e ethos público (20h)

Competência: servir o Estado brasileiro respeitando os preceitos de um ethos burocrático democrático.

Ementa: história da concepção e papel da burocracia; funções da burocracia na democracia; papéis da burocracia nas políticas públicas; relação entre políticos e burocratas; ethos burocrático democrático; ética

do servir e integridade; representação burocrática; experiência internacional da burocracia, o tamanho do setor público em perspectiva comparada.

Docente(s) referência(s): Professora Gabriela Spanghero Lotta, Doutora em Ciência Política; e Professor Alexandre de Ávila Gomide, Doutor em Administração Pública

Disciplina: Diversidade populacional e desigualdades no Brasil (20h)

Competência: reconhecer as origens históricas e as dimensões estruturais que condicionam e reproduzem as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia no Brasil; e atuar no serviço público contemplando as várias dimensões da diversidade que marcam a população e mobilizando diversos mecanismos para mitigar e reverter essas situações.

Ementa: a desigualdade, sob perspectiva histórica; aspectos estruturais da estratificação social: educação, mobilidade social e renda; abordagem multidimensional das desigualdades: raça, gênero e suas intersecções com outros marcadores de vulnerabilidade; aspectos não econômicos da desigualdade: modo de vida e trajetórias, visões de mundo e perspectivas de grupos sociais que sofrem discriminação e apagamento por etnia, gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência.

Docente(s) referência(s): Professora Roseli Faria, Economista; Professora Tatiana Silva, Doutora em Administração; e Professor Eduardo Gomor dos Santos, Doutor em Política Social

Disciplina: Desenvolvimento socioeconômico (12h)

Competência: contribuir para ações do Estado que permitam o alcance do desenvolvimento como projeto nacional e como compromisso internacional assumido pelo Brasil.

Ementa: desenvolvimento em perspectiva histórica e modelos comparados de desenvolvimento; desenvolvimento como projeto nacional; desenvolvimento como modernidade e crescimento econômico; neoliberalismo e ajuste estrutural; desenvolvimento como liberdade e o conceito de desenvolvimento humano.

Docente referência: Professor José Celso Cardoso Junior, Doutor em Economia

Disciplina: Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública (8h)

Competência: Reconhecer a crise climática como uma condição prioritária de influência sobre a formulação e implementação de políticas públicas, identificar os principais fatores que levam à mudança climática observada e futura e refletir sobre o papel do Brasil na mitigação dos gases de efeito estufa e as necessidades de adaptação das atividades produtivas e da infraestrutura, em especial para populações vulnerabilizadas.

Ementa: Fatores físicos da mudança do clima. Mitigação e adaptação à mudança do clima. Governança climática nacional e internacional. Políticas públicas nacionais e subnacionais. Exemplos de impactos e da resposta do setor público aos desastres ambientais no Brasil.

Docente: Gabriel Lui - Doutor em Ecologia Aplicada.



Disciplina: Governança e governabilidade (20h)

Competência: atuar no serviço público compreendendo a separação entre poderes, as complexidades da divisão de competências e receitas entre entes federados e as particularidades do sistema político brasileiro.

Ementa: governança; separação entre Poderes; federalismo; desafios para a atuação no Executivo federal; presidencialismo de coalizão; relação entre Executivo e Legislativo na construção de políticas; pactuação para o orçamento público e emendas parlamentares; papel do Judiciário, Ministério Público, Controle Externo e Sociedade Civil.

Docente(s) referência(s): Professora Ana Cláudia Farranha, Doutora em Ciências Sociais; e Professora Graziella Guiotti Testa, Doutora em Ciência Política

Disciplina: Governo digital (20h)

Competência: compreender a relevância de incorporar ferramentas de governo digital nas rotinas e processos de trabalho, potencializando o alcance da transformação digital nos serviços públicos.

Ementa: transformação digital no serviço público; infraestrutura de dados; privacidade e segurança da informação; proteção de dados; identidade digital; inclusão e exclusão digital; plataformas de serviços públicos com foco no cidadão; inteligência artificial; inovação no serviço público por meio de soluções digitais.

Docente referência: Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos, Especialista em Engenharia de Software; e Marcos Moreira, Analista de Planejamento e Orçamento

Disciplina: Comunicação pública: ética, responsabilidade, diversidade e inclusão (8h)

Competência: compreender a comunicação pública, sua construção e princípios, como ferramenta de governo para um posicionamento crítico diante dos desafios contemporâneos.

Ementa: conceitos e histórico da comunicação de governo no Brasil; direito à informação e a comunicação pública; princípios básicos da comunicação pública; desafios contemporâneos: linguagem e meios de comunicação do governo; infodemia e desinformação; limites éticos de clickbaits; sensacionalismo e

polecismo; reprodução de estereótipos de gênero e raça; Análise Crítica do Discurso.

Docente referência: Ana Cláudia Mielke, Mestre em Ciências da Comunicação

Oficina - Prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no setor público (8h)

Competência: atuar no serviço público de forma ética respeitando a legislação e a política de enfrentamento ao assédio moral, sexual e à discriminação.

Ementa: conceitos de assédio moral e sexual e discriminação; tipologias de violências no trabalho, considerando gênero e raça com perspectiva interseccional; matriz de gravidade de condutas violadoras; impacto das condutas de assédio e discriminação no trabalho e na integridade física e psicológica das pessoas; bases jurídicas do Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação; protocolo de denúncias para vítimas e gestores públicos.

Docente referência: Ariana Frances Carvalho de Souza, Mestra em Governança e Desenvolvimento



4.2 Competências Específicas

As competências específicas do cargo de ATPS estão elencadas na Lei nº. 12.094/2009, alterada pela Lei nº 18.875/2024.

Para desenvolver essas competências, as disciplinas da matriz curricular exclusivas de ATPS são divididas em dois eixos: Fundamentos das Políticas Sociais e Governança das Políticas Sociais

EIXO 2 - Fundamentos das Políticas Sociais

O Eixo 2 – Fundamentos das Políticas Sociais – é essencial para a formação de Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS), fornecendo uma base teórica e prática robusta para a compreensão, formulação, gestão, coordenação e implementação das políticas sociais no Brasil. Composto por disciplinas que abrangem desde os fundamentos conceituais até a gestão baseada em evidências e monitoramento de políticas, esse eixo prepara candidatos e candidatas para uma futura atuação qualificada e comprometida com a garantia de direitos, a equidade e a justiça social.

As disciplinas oferecidas nesse eixo desenvolvem competências indispensáveis para gestão, coordenação, análise e implementação de políticas sociais alinhadas aos princípios de direitos humanos, da universalidade, integralidade, equidade e intersetorialidade, promovendo o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Além das disciplinas, o eixo conta com palestras e um laboratório de casos, utilizando metodologias ativas como a Problem-

Based Learning (PBL), que aproximam os(as) candidatos(as) dos desafios reais da gestão pública.

Eixo 2 - Fundamentos das Políticas Sociais

Competência Geral: Desempenhar as atribuições do cargo de ATPS com excelência técnica, teórica e analítica ética, aplicando conhecimentos integrados sobre fundamentos, análise de políticas sociais e de direitos humanos, dados e evidências, assegurando a efetividade das políticas e programas sociais, o bem-estar e a justiça social.

Disciplina: Fundamentos das políticas sociais (20h)

Competências: exercer as atribuições do cargo de ATPS com excelência técnica, teórica e analítica, aplicando conhecimentos sobre os fundamentos das políticas sociais brasileiras e garantindo a observância dos princípios fundamentais de universalidade, integralidade, equidade, intersetorialidade, diversidade, justiça social e cidadania.

Ementa: políticas sociais, seus fundamentos, propósitos e importância; elementos teórico-conceituais, normativos e constitucionais das políticas sociais; tipologias e categorias analíticas e suas evoluções histórico-conceituais no Brasil; discussão das desigualdades e dos dados que refletem o contexto socioeconômico do Brasil; estado de bem-estar social; direitos sociais e cidadania; sistemas únicos; princípios fundamentais das políticas sociais

no Brasil; seguridade social no Brasil; características, dimensões e arranjos operacionais; funções; serviços, garantia de direitos e de renda (beneficiários e sujeitos de direitos); benefícios contributivos e não contributivos; relação entre as políticas sociais, desenvolvimento sustentável e combate à pobreza; políticas de transferência de renda; papéis e responsabilidades dos diferentes agentes e provedores de políticas sociais; papel do Estado, burocratas, mercado e organizações; comunidade e indivíduos; parcerias público-privadas; gasto, custeio, investimento e desenvolvimento; sustentabilidade e justiça social; arranjos de governança, operacionalização e cooperação; intersetorialidade, transversalidade, interdependências e complementaridades.

Docente referência: Carla Bronzo, Doutorado em Sociologia e Política

Disciplina: Gestão e coordenação de políticas sociais (40h)

Competências: atuar nos programas e políticas sociais empregando conhecimento aprofundado sobre suas características, sistemas, atores-chave, arranjos institucionais e de governança, interdependências e interfaces replicando as suas boas práticas em contextos diversos, inclusive em situações emergenciais.

Ementa: coordenação horizontal e vertical; articulação com atores-chave; arranjos institucionais, de coordenação e de operacionalização; arranjos e instrumentos de gestão descentralizada e interfederativa; inovações na gestão intersetorial;



boas práticas na gestão de políticas sociais em situações de emergência e desastres socioambientais; arranjos institucionais para implementação de políticas sociais: políticas de transferência de renda (Bolsa Família e BPC); segurança alimentar, nutricional e combate à fome (SISAN); educação (SNE); emprego (SINE); moradia e habitação (Minha Casa, Minha Vida); desenvolvimento rural; esporte; cultura; previdência, entre outras.

Docente referência: Catarina Ianni Segatto, Doutora em Administração Pública e Governo

Disciplina: Políticas Sociais para Direitos Humanos (20h)

Competências: desempenhar as atribuições da carreira com expertise em direitos humanos e em políticas relacionadas a sua efetivação, garantido que os direitos humanos sejam respeitados, protegidos e realizados para toda população e em todos os aspectos da governança e da Administração Pública.

Ementa: conceitos; trajetória histórica; legislação, planos e sistemas (ONU e, Interamericano); desafios da institucionalidade das políticas públicas de direitos humanos; análise das políticas para pessoas com deficiência, criança e adolescente, pessoas idosas, LGBTQIAPN+, mulheres, igualdade racial, migrações e refúgio, acesso à justiça e sistema prisional (Pronasci), povos e comunidades tradicionais e indígenas, justiça ambiental e bem-viver.

Docente referência: Ivanilda Maria Figueiredo de Lyra Ferreira, Doutora em Direito Constitucional.

Disciplina: Desenho e análise de políticas sociais (20h)

Competências: garantir a efetividade das políticas e programas sociais com ética, sensibilidade social, equidade e informado por evidências, conhecendo e utilizando conceitos, instrumentos e metodologias de monitoramento e avaliação.

Ementa: economia política da avaliação; programas públicos e a complexidade da implementação; análise do Contexto Institucional, Político e Ideacional (CIPI) de programas, valores públicos e critérios avaliativos de programas; Mapa de Processos e Resultados como técnica descritiva e de desenho de programas; definição de Plano de Monitoramento e Avaliação e de Painel Situacional de Monitoramento e Avaliação; evidências: definição, tipos, fontes e principais instituições produtoras; recursos de inteligência artificial na compilação de evidências.

Docente referência: Dr. Paulo Jannuzzi, Pós-doutor em Administração Pública

Disciplina: Indicadores para Monitoramento de Políticas Sociais (20h)

Competências: garantir a efetividade das políticas e programas sociais a partir das principais fontes de dados e indicadores de forma a assegurar a efetividade das políticas e programas sociais com ética, sensibilidade social e equidade, utilizando instrumentos e metodologias de monitoramento e avaliação.

Ementa: principais pesquisas, relatórios e indicadores sociais no

Brasil, fontes de dados, registros administrativos e cadastros públicos para informar políticas e programas sociais; principais indicadores para acompanhamento da conjuntura social, condições de vida (educação, saúde, habitação, etc.), pobreza e desigualdades (gênero, raça, etc.); principais observatórios, instituições, Think Tanks e publicações no campo social.

Docente referência: Barbara Cobo Soares, Doutora em Economia

EIXO 3 - Governança das Políticas Sociais

O Eixo 3 – Governança das Políticas Sociais – aprofunda a formação de ATPS, capacitando a atuar na governança das políticas sociais com uma abordagem integrada e participativa. As disciplinas deste eixo abrangem desde o funcionamento dos principais sistemas de proteção social, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), até temas fundamentais como planejamento, orçamento, finanças e participação social na gestão das políticas públicas.

A proposta curricular busca fornecer aos candidatos e candidatas conhecimentos técnicos e habilidades práticas para a implementação eficaz das políticas sociais nos territórios, com foco na superação das desigualdades e na promoção da justiça social. O eixo enfatiza a governança interfederativa e a gestão democrática, participativa e inclusiva, capacitando os candidatos e candidatas a replicarem boas práticas e enfrentarem desafios da implementação, sempre com atenção aos princípios da equidade, solidariedade e efetividade.



Eixo 3 - Governança das Políticas Sociais (128h)

Competência Geral: Exercer as atribuições do cargo com excelência técnica, solidariedade, equidade, uniformidade, participação social e efetividade, integrando conhecimento sobre os sistemas únicos de proteção social, governança e gestão democrática para superar os desafios de implementação das políticas sociais transversais nos territórios, replicando as boas práticas e instrumentos de cooperação interfederativa, gestão, planejamento, orçamento e finanças para garantir direitos, reduzir desigualdades e garantir justiça social.

Disciplina: Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS) (20h)

Competências: atuar em todos os processos e projetos de formulação, gestão, supervisão, avaliação e prestação de assistência técnica relacionadas à política social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), replicando as boas práticas e promovendo parcerias e colaborações.

Ementa: contexto histórico de criação e configuração do SUS: mobilização social, conquistas constitucionais e normativas; organização e estrutura do Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e objetivos; universalidade, integralidade e equidade; organização da atenção e vigilância em saúde; gestão e financiamento; descentralização e regionalização; boas práticas de atenção em situação de emergência em saúde pública (estudos de casos).

Docente(s) referência(s): Cristiani Machado, Mestre e Doutora em Saúde Coletiva; e Luciana Dias de Lima, Pós-Doutora em Ciência Política e Doutora em Saúde Coletiva.

Disciplina: Introdução ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (20h)

Competências: atuar em todos os processos e projetos de formulação, gestão, supervisão, avaliação e prestação de assistência técnica relacionadas à política social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), replicando as boas práticas e promovendo parcerias e colaborações.

Ementa: contexto histórico de criação e configuração do SUAS: mobilização social, conquistas constitucionais e normativas; organização e estrutura do Sistema Único de Assistência Social: princípios, diretrizes e objetivos; universalidade, integralidade e equidade; tipologia e organização dos serviços socioassistenciais; gestão e financiamento; descentralização e regionalização boas práticas de gestão e implementação de políticas socioassistenciais em situação de emergência pública (estudos de casos).

Docente referência: Ieda Maria Nobre de Castro, Doutora em Política Social.

Disciplina: Gestão democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais (20h)

Competências: atuar em todos os processos e projetos da gestão, supervisão, avaliação e prestação de assistência técnica relacionadas às áreas sociais com ética, sensibilidade social e equidade, fomentando a participação social, a diversidade, o pluralismo de ideias, garantindo a

democratização de todos os processos das políticas sociais.

Ementa: dimensão participativa da governança; participação e controle social; importância dos movimentos sociais e do ativismo nas políticas sociais (inclusive digital); mecanismos institucionais de promoção da participação social: audiência públicas, orçamento participativo, conselhos gestores (CNAS, Conselho de Previdência, entre outros) e conselhos de direitos (Mulher, Idoso, Criança e Adolescente; LGBTQIAPN+); conferências; fóruns, entre outros.

Docente referência: Renato Francisco dos Santos Paula, Pós-Doutorado em Serviço Social.

Disciplina: Planejamento, orçamento e finanças das políticas sociais (20h)

Competências: atuar na formulação, implementação e supervisão das políticas sociais com equidade e efetividade, dominando os fundamentos do planejamento, orçamento e finanças das diversas áreas das políticas sociais.

Ementa: introdução à política fiscal e noções de orçamento público; PPA participativo e inclusivo; emendas parlamentares; agendas transversais no orçamento para garantia dos direitos sociais; desafios do teto fiscal; sistemas estruturantes da Administração Pública Federal; a agenda social no PPA 2024-2027; noções de instrumentos de repasse de recursos da União: convênios, contratos de repasse, termos de parceria; fundos.

Docente referência: Pedro de Lima Marin, Doutor em Administração Pública e Governo



Disciplina: Governança e burocracia de nível de rua (40h)

Competências: analisar os desafios da governança para implementação de políticas públicas, com foco no papel e nas formas de influência dos diferentes atores que intervêm em processos de implementação, com especial atenção para os agentes de linha de frente (ou “burocratas do

nível de rua”) e para os burocratas de médio escalão.

Ementa: governança das políticas sociais; políticas sociais no contexto dos municípios; implementação de políticas: modelos analíticos; burocracia de nível de rua; discricionariedade, autonomia e estratégias de *Coping*; categorização e julgamento no nível da rua; gestão da discricionariedade,

accountability e controle; desigualdades na implementação de políticas; burocracia de médio escalão; diversidade e representatividade no nível da rua.

Docente referência: Michelle Fernandez - Doutora em Processos Políticos Contemporâneos.



5. CARGA HORÁRIA

Carreira/Cargo	Carga horária	Nº de semanas	Distribuição de carga horária por atividade	Condição de oferta
Analista Técnico de Políticas Sociais - ATPS	440h	14	• 128h - Disciplinas do eixo basilar. • 240h - Disciplinas específicas. • 8h - Oficina • 24h - Palestras • 40h - Laboratório de casos em PBL	Etapas de concurso

6. LABORATÓRIO DE CASO

6.1 Metodologia: Problem Based Learning

Neste PPC, a Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem Based Learning – PBL) se apresenta como uma alternativa metodológica para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, constituindo-se como uma ferramenta importante para a superação da prevalência de aulas magistrais e do ensino centrado no corpo docente. É um método que atribui ao docente não só a função de expositor do conhecimento, mas também a de facilitador da aprendizagem dos participantes, desenvolvendo ações de orientação, acompanhamento psicopedagógico e supervisão dos seus estudos.

De forma geral, o PBL é um método de ensino-aprendizagem estruturado nas seguintes características fundamentais:

- O ponto de partida para a aprendizagem é um problema.
- O contexto do problema faz referência a uma situação que os participantes poderão enfrentar como futuros profissionais.
- O conhecimento que os participantes devem adquirir durante a sua formação profissional é organizado em torno de problemas em vez de disciplinas.
- Os participantes, individual e coletivamente, assumem uma maior responsabilidade na sua própria instrução e aprendizagem.

A metodologia de laboratório de casos tomará por referência estratégias de aprendizagem que estimulem a participação e o engajamento dos candidatos e das candidatas na análise de problemas e proposição de soluções (**Problem Based Learning**) relacionadas à questões relevantes da agenda das políticas públicas importantes para a atuação da carreira.

Para formação de Analistas Técnico de Políticas Sociais (ATPS), os laboratórios serão orientados pelas seguintes temáticas:

6.2 Temas e problemas propostos

Laboratório de Caso 1: Atenção à Saúde Indígena

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é analisar e propor diretrizes de políticas públicas orientadas à saúde indígena, tendo como foco as inovações institucionais e de serviços oferecidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, assim como os desafios para fazer chegar a atenção à saúde às terras indígenas e aos povos

indígenas ainda em territórios não demarcados.

Laboratório de Caso 2: Política Nacional de Cuidados

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é analisar e propor diretrizes de políticas públicas orientadas à Política Nacional de Cuidados, considerando os desafios do desenho da política com destaque para a transversalidade e intersetorialidade na formulação e implementação da política nacional de cuidados, incluindo as questões de gênero, raça, classe, cooperação interfederativa e integração dos diferentes arranjos institucionais de serviços e redes de acesso às políticas sociais.

Laboratório de Caso 3: Cotas na Educação

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é analisar e propor diretrizes de políticas públicas orientadas à Lei de Cotas na Educação, considerando os desafios de implementar a Lei de Cotas na educação em termos de acesso igualitário, qualidade da educação, preconceito e discriminação, avaliação da autodeclaração, resistência institucional, acompanhamento e suporte na implementação, com apoio para as pessoas estudantes.



Laboratório de Caso 4: Erradicar a Fome no Brasil

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é analisar e propor diretrizes de políticas públicas orientadas a erradicar a fome no Brasil, considerando os desafios de implementar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além de abordar problemas relacionados à desigualdade econômica, distribuição desigual dos recursos e implementação da política nos territórios, política de alimentos e agricultura voltada para exportação, perda e desperdício de alimentos, qualidade da educação, adequação à cultura local, falta de acesso à água e ao saneamento básico.

Laboratório de Caso 5: Inovação Social

Descrição do Escopo de Abrangência: O objetivo deste laboratório é analisar e propor diretrizes de políticas públicas voltadas para a inovação social, considerando seu papel estratégico na promoção de soluções criativas, sustentáveis e centradas no usuário para desafios sociais complexos.



7. METODOLOGIAS DE ENSINO

As estratégias de ensino adotadas no âmbito das disciplinas deverão ser centradas nos candidatos e nas candidatas. Para isso, os docentes deverão considerar práticas que possibilitem a participação e o protagonismo do corpo discente. Além disso, é importante conectar a teoria à prática. Assim, listam-se a seguir algumas estratégias possíveis:

- **Aulas dialogadas** - Recurso didático em que se manifesta pela exposição de conteúdo articulada ao envolvimento e **protagonismo dos participantes** de modo continuado e efetivo, cabendo ao corpo docente o papel de coordenar a condução das discussões, reflexões e questionamentos referente ao conteúdo da disciplina.
- **Estudos de caso** - Estratégia que pode narrar um problema ou uma situação e possibilitar aos participantes a melhoria de práticas e processos, o exercício de tomada de decisão e o pensamento analítico, bem como a possibilidade da troca de experiências. Os casos podem ser elaborados pelos docentes ou pesquisados em sites e canais com informações relacionadas à temática do curso/tema central da aula.
- **Trabalhos em grupo** - O trabalho em grupo possui um papel essencial na cocriação e no desenvolvimento de competência de trabalho em

equipe, bem como na solução de questões e problemas. Porém, para que seja efetivo e construtivo, o trabalho em grupo deve seguir métodos e processos pedagógicos que permitam a participação de todos e a centralidade do aluno:

- **Roda de conversa:** é considerado o método mais "básico", mas muito eficiente. Por meio da organização do grupo em uma roda, de maneira que todos os participantes possam se enxergar, um mediador responsável propõe ser relator dos assuntos discutidos no grupo.
- **Open Space:** bastante utilizado quando se precisa mediar e discutir questões com grupos grandes e diversos. Por meio da criação de um "espaço aberto" (*open space*), os próprios participantes propõem e se responsabilizam pelos temas a serem abordados. Por seu caráter mais "livre" e focado na auto-organização dos participantes, o *open space* só tem uma regra clara, a chamada "lei dos dois pés", que diz: "se você está em um lugar onde não esteja nem contribuindo nem aprendendo, use os seus dois pés e vá para outro lugar."
- **World Cafe:** é um modelo de conversação que promove diálogos construtivos, por

meio do acesso à inteligência coletiva, criação e troca de conhecimentos. Para realizá-lo, é necessário organizar mesas redondas em um espaço, com 4 a 5 cadeiras cada uma. Em cada mesa são colocadas canetas coloridas. O grupo, então, é dividido em subgrupos que se sentam nas mesas e discutem sobre um tema/pergunta definida por um mediador. As ideias e conclusões são anotadas e, após 20-30 minutos, os participantes da mesa, exceto um, mudam para diferentes mesas. A pessoa que permaneceu na mesa tem a tarefa de apresentar as conclusões anotadas aos novos participantes e buscar saber o que foi compartilhado nas demais mesas. As novas discussões geradas são também anotadas, gerando uma ampla troca de conhecimentos. Passado o tempo, uma nova rodada é iniciada. Esse método é excelente para criar sinergia e comprometimento em todo o grupo.

- **Seminário/palestra** - Estratégia que permite a exposição de um tema, utilizando, se necessário, de recursos audiovisuais, seguida de diálogo sobre a temática exposta.



8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação está estruturada em duas perspectivas: a avaliação de aprendizagem e a avaliação institucional, de acordo com os elementos apresentados a seguir.

8.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação de aprendizagem será aplicada ao final de cada eixo, com questões transversais, considerando os conteúdos e competências desenvolvidas ao longo de todas as disciplinas do eixo, por meio de uma prova escrita dissertativa interdisciplinar, individual. As condições da avaliação e critérios de correção estão definidas no regulamento do curso.

8.2 Avaliação institucional do curso

A avaliação institucional do curso será conduzida pelos seguintes instrumentos:

- **Avaliação de reação:** trata-se de um instrumento que tem por objetivo avaliar as formações oferecidas pela Enap, permitindo, assim, que o(a) candidato(a) possa mensurar a formação em seus diferentes aspectos, além de poder verificar os resultados alcançados, bem como as demandas para as próximas ações da Escola. Será aplicada por disciplina para avaliar o nível de satisfação com relação à disciplina específica, bem como ao

final do curso com um instrumento mais abrangente com fatores mais gerais com relação ao curso.

- **Avaliação de resultado:** trata-se de um método de avaliação baseado na comparação entre os resultados previstos e realizados. Por meio da avaliação de resultados, é possível identificar se a formação oferecida pela organização está alinhada às competências específicas do curso.

A avaliação no contexto de aprendizagem deve estar vinculada aos objetivos de aprendizagem do curso, e a avaliação da ação formativa deve estar vinculada à garantia da eficiência e eficácia do sistema de avaliação, buscando como resultado final a excelência do processo ensino-aprendizagem.



9. CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

O curso de formação inicial será reconhecido como pós-graduação lato sensu, conferindo o título de Especialista em **Políticas Sociais**.

- Nome do curso: Especialização em Políticas Sociais.
- Certificação conferida: Especialista em Políticas Sociais.
- Modalidade: Presencial.
- Duração: 03 meses.
- Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
- Número de vagas oferecidas: 500.
- Período letivo de início de funcionamento do curso: Abril/2025.

Para a obtenção da certificação de conclusão de especialização o discente deverá cumprir os requisitos mínimos::

- I. Ter cursado a carga horária mínima para aprovação no curso de formação;
- II. Ter aprovação no curso com nota mínima de 7,0 (sete).



10. INFRAESTRUTURA

As aulas serão realizadas de modo presencial na Enap, campus Asa Sul, localizado no SPO - Asa Sul - Brasília, DF.

Para apoiar as atividades de ensino, melhorar o engajamento e otimizar as atividades, serão utilizadas ferramentas colaborativas digitais.



11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

11.1 Referências Bibliográficas do PPC

AFFECTO, Romeu; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; GITAHY, Raquel Rosan Christino. **A aprendizagem baseada em problemas e a internet de todas as coisas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, p. 139-154, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08>.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências sociais e humanas**, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011. Disponível em: http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf

BORDENAVE JD, Pereira AM. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 16. ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 1995.

BRASIL. Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 nov. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=20/11/2009>.

CAMPANI, A.; SILVA, R. M. G. da; PARENTE, P. M, M. Inovação pedagógica na Universidade. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**. Dourados/MS. v.8. n.22. p.18-34, jan./abr 2018;

CARBONEL, P. P. **Gestão por competência e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARRARO, Telma Elisa *et al.* Socialização como processo dinâmico de aprendizagem na enfermagem: uma proposta na metodologia ativa. **Investigación y educación en enfermería**, v. 29, n. 2, p. 248-254, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072011000200010.

COOL, César; MONEREO, Carles *et al.* **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e Comunicação**. Porto Alegre, RS; Artmed, 2010.

CUNHA, Maria Isabel. **Inovações pedagógicas: o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária**. São Paulo, SP, Cadernos Pedagogia Universitária, USP, 2008.

DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, Comissão. Documento de trabalho dos serviços da Comissão: Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida. **Comissão das Comunidades Europeias**, 2000.

DELORS, Jacques (org.). **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre



Educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Competências transversais de um setor público de alto desempenho**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5663>.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024)** versão 1.5 a 1.9. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6481>.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Projeto pedagógico do curso: formação para o cargo de analista de planejamento e orçamento - APO**. Brasília: Enap, outubro de 2024.

FONSECA, Mariana; GOMES, Patrícia. **Invertendo a sala de aula invertida: Pesquisa de Stanford mostra que apresentar um Assunto de Forma Prática é mais efetivo do que começar com aula expositiva**. 2013. Disponível em: <http://porvir.org/porfazer/invertendo-sala-de-aula-invertida/20130814>. Acesso em: 10 nov. 2019.

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação**: subsídios para o estudo da inovação. São Paulo: Cultrix, 1973.



MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 2009.

MORÁN, José *et al.* Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

MORAN, José. Metodologias e modelos híbridos na educação. In: YAEHASHI, Solange Franci Raimundo *et al.* (Orgs.). **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2017. p. 23-35.

MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian; MORAN; TREVISANI, Fernanda (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

PARANHOS, Vania Daniele; MENDES, Maria Manuela Rino; SCHERER, Zeyne Alves Pires. **Currículo por competência e metodologia ativa**: percepção do estudante do 1º e 2º anos do bacharelado em enfermagem. 2007.

PRADO, Marta Lenise do et al. Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. **Escola Anna Nery**, v. 16, p. 172-177, 2012.

11.2 Referências Bibliográficas Básicas por Disciplina

Disciplina - Estado Democrático

Bibliografia Básica

ALMEIDA, C. O que sabemos sobre as instituições participativas? Três aprendizados. In: TEIXEIRA, A. C. C. et al. (org.). *A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas*. 1a ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020, p. 67-77. Disponível em: https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/teixeira_almeida_moroni_completo.pdf

Enio Moraes da Silva. *O estado democrático de direito*. Revista de Informação Legislativa, [s. l.], n. 167, 2005.

Maria Victoria Benevides. *Cidadania e Direitos Humanos*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>

Maruci, Hannah Representação e representatividade in Dantas, Humberto. *Ciência política e políticas de educação : conceitos e referências [recurso eletrônico] / Humberto Dantas ... [et al.]*. – Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2021. Dados eletrônicos (pdf). Leitura das págs 153-168. Disponível em: https://votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/Ciencia-politica-e-politicas-de-educacao-26_07.pdf

Observatório Nacional dos Direitos Humanos. *Violências e violações praticadas por agentes de Segurança*. 2024. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/206fac8e72e248ffaecb7ffa4907cb52>.

OPINIÃO - STEVEN LEVITSKY E LUCAN A. WAY: COMO VOLTA DE TRUMP PODE LEVAR DEMOCRACIA DOS EUA AO COLAPSO. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2025/02/como-volta-de-trump-pode-levar-democracia-dos-eua-ao-colapso.shtml>

Pinto, S. C. S.. (2022). Algumas considerações sobre a relação eleições, voto e democracia. *Revista Brasileira De História*, 42(90), 19-33. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-03>

Disciplina - Burocracia e Ethos Público

Bibliografia Básica

ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita (2018) Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: Roberto Pires, Gabriela Lotta e Vanessa Oliveira. (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. 1a. ed. Brasília: IPEA/ENAP, p. 23-57. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil_cap01.pdf

Centeno, M. A., Kohli, A., & Yashar, D. J. (2017). Unpacking states in the developing world: Capacity, performance, and politics. In *States in the Developing World* (pp. 1-32). Cambridge University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781316665657.002>

Du Gay, P. (2020). The bureaucratic vocation: State/office/ethics. *New Formations*, 100(100-101), 77-96. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/248/article/761222/pdf>

Panizza, F. E., Peters, B. G., & Larraburu, C. R. (2022). The Issue of Patronage in Latin America. In *The Politics of Patronage*



Appointments in Latin American Central Administrations (pp. 3-30). University of Pittsburgh Press (pp. 3-30). Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv35bfdwc.5>

Disciplina - Governança e Governabilidade

Bibliografia Básica

AMORIM NETO, O. Cabinets and coalitional presidentialism. In: Routledge handbook of Brazilian politics. Edited by AMES, Barry. New York: Routledge. pp. 293-312. 2019.

ARANTES, R. B. ; LOUREIRO, M. R. ; COUTO, C. G. ; TEIXEIRA, M. A. . Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público. In: Maria Rita Loureiro; Fernando Luiz Abrucio; Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco;. (Org.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado Democrático no século XXI**. 1ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DANTAS, Humberto; FERNANDEZ, Michelle; TESTA, Graziella. Governabilidade: Instituições, Atores e Estratégias. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2023. pp 31-80. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/265602/Governabilidade+-+segunda+edi%C3%A7%C3%A3o_DIGITAL.pdf/c81b1c0e-82ba-3178-2d4d-a730418fda05?version=1.0&t=1709315423519

Disciplina - Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Antonio Cavalcante. *Aspectos das políticas indigenistas no Brasil*. Interações (Campo Grande), [S. l.], v. 19, n. 3, p. 611-626, 2018. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1721>

GONZALES, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf>

Observatório das Desigualdades. FJP. *Precisamos falar sobre desigualdades*. Disponível em: <https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/1-Precisa-mos-falar-sobre-desigualdade.pdf>

PEREIRA, Cleyton Feitosa. *Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil*. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/307/168>

SANTOS, Wederson; CUNHA, Olemar Guilherme. *A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como um novo paradigma para implementação de políticas sociais*. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 10, n. 1, p. 665-693, 2022. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/43223/34777/140544#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%A7%C3%A3o%20busca,plena%20\(DHANDA%2C%202008](https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/43223/34777/140544#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%A7%C3%A3o%20busca,plena%20(DHANDA%2C%202008)



Disciplina - Desenvolvimento socioeconômico

Bibliografia Básica

ENRÍQUEZ, M. A. *Trajetórias do Desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Pp. 162 - 179.

Disciplina - Mudança Climática - Desafios para a Administração Pública

Bibliografia Básica

Plano Clima. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima-2>.

UNFCCC - 25 Years of Eort and Achievement. 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/timeline/>

Instituto Talanoa. *O que é uma Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)?* 2024. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2024/08/16/o-que-e-uma-contribuicao-nacionalmente-determinada-ndc>

Laclima. 2024. *Afinal, o que é a COP?* Disponível em: <https://laclima.org/paperseries/afinal-o-que-e-a-cop/>

United Nations Children's Fund (UNICEF). *O que é governança climática?* Panama, Republic of Panama, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/media/31661/file/O-que-e-governanca-climatica.pdf>

Disciplina - Governo Digital

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Modelo de Maturidade de Dados*. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/infraestrutura-nacional-de-dados/maturidade-de-dados>

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Guia do Framework de Privacidade e Segurança da Informação*. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_framework_psi.pdf

BRASIL. Lei n. 14.129, de 29 de março de 2021. Lei do Governo Digital. Brasília, 29 mar. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, 14 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Brasília, 18 de nov. de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

BRASIL. Decreto n. 8.936, de 19 de dezembro de 2016. Plataforma de Cidadania Digital. Brasília, 19 de dez. de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8936.htm

BRASIL. Decreto n. 12.069, de 21 de junho de 2024. Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGd). Brasília, 21 de jun. de



2024. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12069.htm

BRASIL. Decreto n. 10.332, de 28 de abril de 2020. Estratégia de Governo Digital. Brasília, 28 de abr. de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm

BRASIL. Decreto n. 8.777, de 11 de maio de 2016. Política de Dados Abertos. Brasília, 11 de mai. de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm

Disciplina - Comunicação pública: ética, responsabilidade, diversidade e inclusão

Bibliografia Básica

BLOTTA, Vitor; BUCCI, Eugênio. *Desinformação, democracia e regulação*. Revista Estudos Avançados, 39 (113), 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HbHwnZThmzZSCKvMTKN9nxp/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 04 abr. 2025.

BRANDÃO, E. P. *Conceito de comunicação pública*. In: DUARTE, J. (org.) Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

MIELKE, A. C. S. Negros e Mídia: invisibilidades: Especial - Racismo na Mídia e na Esquerda. Jornal Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. 114. São Paulo. Le Monde Diplomatique Brasil, 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/negros-e-midia-invisibilidades/> . Acesso em: 10 jun. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. . Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf . Acesso em: 13 abr. 2025.

Disciplina - Fundamentos das Políticas Sociais

Bibliografia Básica

BRUGUÉ, Quim; UBASART, Gemma; GOMÀ, Ricard. Considerações gerais frente à incerteza, projetos e democracia. In: BLANCO, A.; CHUECA, A.; LÓPEZ RUIZ, J. A.; MORA, S. (org.). *Informe España 2022*. Madrid: Cátedra J. M. Martín Patino de la Cultura del Encuentro, Universidad Pontificia Comillas, 2022.

Disciplina - Gestão e coordenação de políticas sociais

Bibliografia Básica

ARRETCHE, M. (2012). Democracia, federalismo e centralização no Brasil. FGV.

BICHIR, R. (2018). Governança Multinível. Boletim de Análise Político-Institucional, 19, 49-55. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8969/1/bapi_19_cap_07.pdf

JACCOUD, L. D. B. (2020). Instrumentos de coordenação e relações intergovernamentais.



IN JACCOUD, L. (Org.). Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras. Ipea. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1020>

LICIO, E. et al. (2022). Os governos estaduais na execução de políticas sociais: saindo de cena? <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10933>

LICIO, E. (2020). Coordenação do Bolsa Família nos sistemas de políticas públicas: uma análise sobre os instrumentos mobilizados . In Jaccoud, L. (Org.). Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras (pp. 245-383). Ipea. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10201>

LOTTA, G. S., Gonçalves, R. & Bitelman, M. F. (2014). A coordenação federativa de políticas públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, 19(64), 1-18. <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/5817>

PALOTTI, P. L. D. M., & Machado, J. A. (2014). Coordenação federativa e a "armadilhada decisão conjunta": as comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil. Dados, 57, 399-441. <https://www.scielo.br/j/dados/a/GFbqHwdWxZsmtM6fDTcDXvG/?format=pdf&lang=pt>

SOARES, M. M., & Machado, J. Â. (2018). Federalismo e políticas públicas. Enap (p. 13-20). https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3331/1/Livro_Federalismo%20e%20Pol%c3%adticas%20P%c3%bablicas.pdf

Disciplina - Políticas Sociais para Direitos Humanos

Bibliografia Básica

AGUIAR, Ana Laura Becker. Políticas sociais para direitos humanos.

CARINHANHA, Ana Míria. Direitos humanos e as parcerias com o sistema de justiça, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil.

FIGUEIREDO, Ivanilda. Teoria crítica dos direitos humanos: um brevíssimo resumo.

MOREIRA, Tedney. Direitos humanos e povos originários e tradicionais no Brasil.

PAIVA, Livia de Meira Lima. Perspectivas críticas sobre gênero e direitos humanos: entre a universalidade e a diferença.

Disciplina - Desenho e análise de Políticas Sociais

Bibliografia Básica

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Avaliação de políticas públicas: por onde começar? Um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e o Mapa de Indicadores. Belo Horizonte, 2022. https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/09.06_Guia-MaPR.pdf

JANNUZZI, P. M. Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014. Cadernos de Saúde Coletiva (UFRJ), v. 29, p. 1-11, 2021. <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/53F87pJQGygrscBhhZNQJmQ/abstract/?lang=pt&authuser=0>



JANNUZZI, P.M. A importância do contexto institucional, político e ideacional na avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Avaliação, 11(2), e113722, 2022. <https://www.rbaval.org.br/article/doi/10.4322/rbaval202211037>

JANNUZZI, P.M. Políticas Públicas, Valores e Evidências em tempos de Inteligência Artificial Campinas: Alínea, 2024, capítulo 3 (extrato).

JANNUZZI, P.M. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais. Campinas: Alínea, 2025, 2a. ed. revista e ampliada, cap. 5 (extrato)

Disciplina - Indicadores para Monitoramento de Políticas Sociais

Bibliografia Básica

FEIJÓ, C; VALENTE, E. As estatísticas oficiais e o interesse público. In: BAHIA ANÁLISE & DADOS Salvador, v. 15, n. 1, p. 43-54, jun. 2005). Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/estatisticas_publicas.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Indicadores sociais*. In: Curso em Conceitos e Instrumentos para o Monitoramento de Programas: caderno de estudos. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016. 96 p. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_74.pdf

Disciplina - Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS)

Bibliografia Básica

BAHIA L. O SUS e o setor privado assistencial: interpretações e fatos. Saúde debate 42 (spe3), 2018. p.158-171. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S312>.

NORONHA JC, LIMA LD, MACHADO, CV. O Sistema Único de Saúde – SUS. In: GIOVANELLA L, Escorel S, Lobato LVC, Noronha JC, Carvalho AI, eds. Políticas e sistemas de saúde no Brasil [online]. 2nd ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, p 365-393. <https://doi.org/10.7476/9788575413494.0015>.

SERVO LMS, SANTOS MAB, VIEIRA FS, BENEVIDES RPS. Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia. Saúde Debate, 44 (N. Especial 4), 2020. p. 114-129. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E407>.

SILVA AG, ALVES CA. Modelos Assistenciais em Saúde: desafios e perspectivas. In: Morosini MVGC, Corbo AA (orgs). Modelos de Atenção e a Saúde da Família. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p.27-41. <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l26.pdf>.

VIANA ALA, MACHADO, CV. Descentralização e coordenação federativa: a experiência brasileira na saúde. Ciência saúde coletiva, 14(3), 2009. p. 807-817. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300016>.



Disciplina - Introdução ao Sistema único de Assistência Social (SUAS)

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS - Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei No 8.742, de 7 de dezembro de 1993 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. UNICEF Cadastro Único [livro eletrônico]: como ativo estratégico para o vínculo entre políticas públicas e o cidadão / coordenadores Liliana Chopitea, Santiago Varella, Julia Albino ; organização Jucimeri Isolda Silveira. – 1.ed. – Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento e Família e Combate à Fome ; UNICEF Brasil, 2024. – (Observatório do cadastro único : caderno temático ; 1) PDF (pp 15-30) disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_302.pdf.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional dos Serviço Socioassistenciais. (Reimpressão , 2014) Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

CASTRO, Iêda Maria Nobre. Na luta entre o novo e o velho, o SUAS movimenta a Assistência Social como direito. Revista Praia Vermelha v.34 n.1 UFRJ jan-jun /2024 (pp. 309-333). <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/61914/41817>.

Disciplina - Gestão Democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais

Bibliografia Básica

ALMEIDA & TATAGIBA, Carla & Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. Serviço Social & Sociedade [Internet]. 2012 Jan; (109):68-92. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000100005>.

ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. Associação nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (AnFIP) 20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social / Flavio Tonelli Vaz, Juliano Sander Musse, Rodolfo Fonseca dos Santos (Coords.). Brasília: AnFIP, 2008. 270 p. Disponível em: https://www.academia.edu/3501318/A_Constitui%C3%A7%C3%A3o_Cidad%C3%A3_e_a_institucionaliza%C3%A7%C3%A3o_dos_esp%C3%A7os_de_participa%C3%A7%C3%A3o_social_avan%C3%A7os_e_desafios

Disciplina - Planejamento, orçamento e finanças das Políticas Sociais

Bibliografia Básica

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Fundamentos de Transferências Voluntárias – Módulo I, Aula 1. TCU, Brasília, DF. 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/8059/13/m%C3%B3dulo%20I-%20aula%201.pdf>.



Disciplina - Governança e Burocracia de Nível de Rua

Bibliografia Básica

LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela Spanghero (org.). Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019, p. 11-38 https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20Análises%20sobre%20Implementação%20de%20Políticas%20Públicas%20no%20Brasil.pdf.

PIRES, Roberto. Introdução. In PIRES, Roberto. Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: CEPAL/IPEA, 2019. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades_reprodução%20de%20desigualdades%20na%20implementação%20de%20políticas%20públicas.pdf.

SOARES, Márcia; MACHADO, José Angelo. Federalismo e políticas públicas. Brasília: Enap, 2018 (cap. 4). https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/3331/1/Livro_Federalismo%20e%20Políticas%20Públicas.pdf.



13. ANEXO

Anexo 1

Quadro 1 - Lista de Docentes do Curso de Formação para Analista Técnico de Políticas Sociais, com titulação Especialista em Políticas Sociais.

DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Estado Democrático	Luciana Ferreira Tatagiba	Doutor
Estado Democrático	Carlos Augusto Mello Machado	Doutor
Estado Democrático	Júlio Cezar Gaudêncio da Silva	Doutor
Estado Democrático	Luciana da Conceição Farias Santana	Doutor
Estado Democrático	Emerson Oliveira do Nascimento	Doutor
Estado Democrático	Lizandra Serafim	Doutor
Burocracia e Ethos Público	João Victor Guedes Neto	Doutor
Burocracia e Ethos Público	Michelle Vieira Fernandez de Oliveira	Doutor
Burocracia e Ethos Público	Felix Garcia Lopes Junior	Doutor
Burocracia e Ethos Público	Paula Pompeu Fiuza Lima	Doutor
Burocracia e Ethos Público	Raphael Amorim Machado	Doutor
Burocracia e Ethos Público	Anderson Rafael Barros do Nascimento	Doutor



DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Burocracia e Ethos Público	Ana Paula Antunes Martins	Doutor
Burocracia e Ethos Público	Morgana Gertrudes Martins Krieger	Doutor
Burocracia e Ethos Público	Rosana de Freitas Boullosa	Doutor
Burocracia e Ethos Público	Luiz Fernando Macedo Bessa	Doutor
Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	Eduardo Gomor dos Santos	Doutor
Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	Roseli Faria	Graduação
Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	Tatiana Lemos Sandim	Doutor
Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	Sidnei Sousa Costa	Doutor
Diversidade Populacional e Desigualdades no Brasil	Renata Melo Barbosa do Nascimento	Doutor
Desenvolvimento Socioeconômico	José Augusto Gaspar Ruas	Doutor
Desenvolvimento Socioeconômico	Saulo Cabello Abouchedid	Doutor
Desenvolvimento Socioeconômico	Joana Mostafa	Doutor
Desenvolvimento Socioeconômico	Tiago Oliveira	Doutor
Desenvolvimento Socioeconômico	José Aparecido Carlos Ribeiro	Graduação
Mudança climática - Desafios da Agenda Ambiental	Gabriel Henrique Lui	Doutor

DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Mudança climática - Desafios da Agenda Ambiental	Marcela Cristina Rosas Aboim Raposo	Doutor
Mudança climática - Desafios da Agenda Ambiental	Carlos Augusto Klink	Doutor
Mudança climática - Desafios da Agenda Ambiental	Luís Felipe Salemi	Doutor
Mudança climática - Desafios da Agenda Ambiental	Andre Luiz Campos de Andrade	Doutor
Governança e Governabilidade	Graziella Guiotti Testa	Doutor
Governança e Governabilidade	Bruno Bolognesi	Doutor
Governança e Governabilidade	Glauco Peres da Silva	Doutor
Governança e Governabilidade	Cláudio André de Souza	Doutor
Governança e Governabilidade	Joyce Hellen Luz	Doutor
Governo Digital	Ciro Pitangueira de Avelino	Especialista
Governo Digital	Thiago Souza Nunes Rodrigues	Graduação
Governo Digital	Isabelle Nascimento de França	Especialista
Governo Digital	Roberto Antonio de Almeida Filho	Mestre
Governo Digital	Márcia Mendonça Cardador	Mestre
Governo Digital	Marcos Moreira	Especialista

DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Governo Digital	Thaciana Guimarães de Oliveira Cerqueira	Doutor
Governo Digital	Pollyanna Carla Oliveira Dias	Mestre
Comunicação pública: ética, responsabilidade, diversidade e inclusão	Ana Cláudia Silva Mielke	Mestre
Fundamentos das Políticas Sociais	Natália Guimarães Duarte Sátyro	Doutor
Fundamentos das Políticas Sociais	Adriana Veiga Aranha	Doutor
Fundamentos das Políticas Sociais	Geralda Luiza de Miranda	Doutor
Fundamentos das Políticas Sociais	Joana Mostafa	Doutor
Fundamentos das Políticas Sociais	Carla Bronzo Ladeira	Doutor
Gestão e coordenação de políticas sociais	Catarina Ianni Segatto	Doutor
Gestão e coordenação de políticas sociais	Elaine Cristina Licio	Doutor
Gestão e coordenação de políticas sociais	Frederico Bertholini Santos Rodrigues	Doutor
Gestão e coordenação de políticas sociais	Raquel Wanderley D'Albuquerque	Doutor
Gestão e coordenação de políticas sociais	Lucas Sena Silva	Doutor
Gestão e coordenação de políticas sociais	André Luís Nogueira da Silva	Doutor
Gestão e coordenação de políticas sociais	Lizandro Lui	Doutor

DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Gestão e coordenação de políticas sociais	Fernanda Lima e Silva	Doutor
Gestão e coordenação de políticas sociais	Patrícia Vieira Costa	Doutor
Políticas Sociais para Direitos Humanos	Ana Míria dos Santos Carvalho Carinhonha	Doutor
Políticas Sociais para Direitos Humanos	Ana Laura Becker Aguiar	Doutor
Políticas Sociais para Direitos Humanos	Livia de Meira Lima Paiva	Doutor
Políticas Sociais para Direitos Humanos	Ivanilda Maria Figueiredo de Lyra Ferreira	Doutor
Políticas Sociais para Direitos Humanos	Tédney Moreira da Silva	Doutor
Desenho e Análise de Políticas Sociais	Paulo de Martino Jannuzzi	Doutor
Desenho e Análise de Políticas Sociais	Fernanda Teixeira Reis	Doutor
Desenho e Análise de Políticas Sociais	Marcia Paterno Joppert	Doutor
Desenho e Análise de Políticas Sociais	Ana Flavia Cordeiro Souza de Almeida	Mestre
Desenho e Análise de Políticas Sociais	Carolina Proietti Imura	Mestre
Indicadores para Monitoramento de Políticas Sociais	Leonardo Queiroz Athias	Doutor
Indicadores para Monitoramento de Políticas Sociais	Joice de Souza Soares	Doutor
Indicadores para Monitoramento de Políticas Sociais	Marconi Fernandes de Sousa	Mestre

DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Indicadores para Monitoramento de Políticas Sociais	Andre Geraldo de Moraes Simões	Doutor
Indicadores para Monitoramento de Políticas Sociais	Barbara Cobo Soares	Doutor
Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS)	Cristiani Vieira Machado	Doutor
Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS)	Luciana Dias de Lima	Doutor
Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS)	Gustavo Correa Matta	Doutor
Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS)	Adelyne Maria Mendes Pereira	Doutor
Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS)	Lucia de Fátima Nascimento Queiroz	Doutor
Introdução ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Ieda Maria Nobre de Castro	Doutor
Introdução ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Thiago Bazi Brandão	Doutor
Introdução ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Shirley de Lima Samico	Mestre
Introdução ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão	Mestre
Introdução ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Kenia Augusta Figueiredo	Doutor
Gestão Democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais	Renato Francisco dos Santos Paula	Doutor
Gestão Democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais	Rosângela Dias Oliveira da Paz	Doutor
Gestão Democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais	Douglas Antônio Rocha Pinheiro	Doutor



DISCIPLINA	DOCENTE	Titulação
Gestão Democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais	Evilasio da Silva Salvador	Doutor
Gestão Democrática: participação social e movimentos sociais nas políticas sociais	Vanda Micheli Burginski	Doutor
Planejamento, Orçamento e Finanças das Políticas Sociais	Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos	Doutor
Planejamento, Orçamento e Finanças das Políticas Sociais	Marcos de Souza e Silva	Mestre
Planejamento, Orçamento e Finanças das Políticas Sociais	Pedro de Lima Marin	Doutor
Planejamento, Orçamento e Finanças das Políticas Sociais	Samantha Lemos Turte-Cavadinha	Doutor
Planejamento, Orçamento e Finanças das Políticas Sociais	Cilair Rodrigues de Abreu	Doutor
Planejamento, Orçamento e Finanças das Políticas Sociais	Artur Junqueira Lascala	Mestre
Governança e Burocracia de Nível de Rua	Michelle Vieira Fernandez de Oliveira	Doutor
Governança e Burocracia de Nível de Rua	Bárbara Maia Lima Madeira Pontes	Doutor
Governança e Burocracia de Nível de Rua	Raphael Amorim Machado	Doutor
Governança e Burocracia de Nível de Rua	Gabriela Thomazinho Clementino Sampaio	Doutor
Governança e Burocracia de Nível de Rua	Morgana Krieger	Doutor
Governança e Burocracia de Nível de Rua	João Victor Guedes Neto	Doutor



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

